



COOPERATIVA DE ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ALENGARVE, CIPRL



RELATÓRIO DE GESTÃO e CONTAS DE 2021

1. **Apreciação Geral do ano 2021**

O ano de 2021 foi marcado pelos efeitos da pandemia da COVID 19 (embora com alguma recuperação), pelas mudanças formais relacionadas com os corpos sociais (a que estiveram associados constrangimentos formais que decorreram das eleições autárquicas de outubro de 2021) e, como fatores positivos, foi marcado pela abertura de 1 turma do curso profissional de Técnico de Gestão Cinegética (afirmando a silvicultura e caça como área de especialização, repondo a turma que saiu em julho e deixando a escola co formação única nesta área) e o arranque do projeto do CAMPUS e das parcerias que o sustentam. Apesar de trabalhoso e sempre numa grande margem de imprevisibilidade e instabilidade, foi um ano que terminou de forma positiva.

2. **Estrutura orgânica da cooperativa**

Em face da saída da Junta de Freguesia de Mértola como sócio cooperador em julho de 2021, fez-se a passagem de capital para a Santa Casa da Misericórdia de Mértola.

Ao mesmo tempo deu-se a substituição do representante da NucliSol. Em face da ausência de presidente foi obrigatório realizar eleições para os corpos sociais, situação que foi grandemente dificultada pelo período de campanha e eleições para os órgãos sociais.

As eleições realizaram-se em dezembro de 2021 e os corpos sociais da cooperativa ficaram com a seguinte configuração para o quadriénio 2021-2024.

Conselho de Administração

Cargo /Entidade	Representante
Presidente - Câmara Municipal de Mértola	Luís Miguel Cavaco Reis
Tesoureiro – Santa Casa da Misericórdia de Mértola	José Alberto Jesus Rosa
Secretário – Clube Português de Monteiros	Luís Filipe Silva e Sobral

Assembleia Geral

Cargo / Entidade	Representante
Presidente- Câmara Municipal de Tavira	Ana Paula Fernandes Martins

Vice-Presidente – Câmara Municipal de Mértola	António José Guerreiro Cachoupo
Secretário- Santa Casa da Misericórdia de Mértola	Carla Redondo

Fiscal Único

Cargo/ Entidade	Representante
Fiscal Único- Câmara Municipal de Tavira	Ana Lúcia de Anastácio e Ferro Roque

3. Atividade desenvolvida

A ALSUD, como entidade formadora, continuou a centrar a sua atividade formativa em Mértola, na Escola Profissional Alsud, onde desenvolveu as seguintes valências:

3.1. Cursos Profissionais

O regime de financiamento nesta tipologia é feito via POCH¹ e no regime dos custos unitários. O modelo desse regime assenta na atribuição de um valor fixo por cada turma, com um abatimento na ordem dos 3.33% (do valor total da turma) por cada aluno abaixo dos 18 alunos/turma. As nossas turmas tiveram entre 15 e 11 alunos e valores de referência de 4º escalão (76 mil para turma de Desporto – projeto 001602) e 3º escalão (81 mil para turma de Cinegética- projeto 00308). Os cursos profissionais funcionam por anos letivos e, por isso, neste ano civil houve 2 ciclos formativos e 2 candidaturas ao POCH, a de 2020/2021 e a de 2021/2022. Havendo só 2 turmas desde 2020, estes valores totais baixaram significativamente em relação a outros anos de 3 ou mais turmas.

O financiamento POCH cobre as despesas com alunos (exceto estrangeiros) e os custos unitários.

¹ POCH – Programa Operacional do Capital Humano

805
A
Z

a) Turmas e população escolar

Em agosto de 2021 terminou a formação dos 15 alunos na turma de 3º ano de Técnico de Gestão Desportiva .A sua taxa de conclusão foi de 100% . Já a taxa de abandono foi de 0% no último ano e 88% no ratio entre o nº de alunos que iniciaram no 1º ano e os que chegaram ao 3º ano.

Abriu uma nova turma de 1º ano de Técnico de Gestão Cinegética em setembro de 2021, com 11 alunos e que no final do ano já tinha 16.

Predominaram os rapazes sempre, com um ratio de 32%/68% em 2020/2021 e 20%/80% em 2021/2022 para raparigas/rapazes, respetivamente.

Em relação à origem dos alunos, estes foram maioritariamente oriundos de fora e nacionais.

Entre 2017 e dezembro de 2021, em número de alunos e sua proveniência é a seguinte:

Ano letivo	Mértola	Concelho de Alcoutim	Outros concelhos	PALOP	Totais
2016/2017	18 (31%)	7 (12%)	21 (36%)	12 (21%)	58
2017/2018	13 (37%)	0	10 (29%)	12 (34%)	35
2018/2019	13 (31%)	1 (2%)	7 (16%)	21 (50%)	42
2019/2020	10 (35%)	2 (7%)	5(17%)	12 (41%)	29
2020/2021	7(23%)	4 (13%)	10 (32%)	10 (32%)	31
2021/2022	9 (36%)	2 (8%)	13 (52%)	1 (4%)	25

Além do decréscimo do número de alunos, podemos concluir da diminuição progressiva de alunos dos PALOP e do aumento dos alunos nacionais de outros concelhos que não Alcoutim. A área geográfica de origem predominante é o concelho de Serpa e outros do Alentejo.

b) Turma de 1º ano

A oferta formativa foi de Técnico de Gestão Cinegética e iniciou-se com 11 alunos, tendo ficado em dezembro com os 12.

c) Turma terminal – prosseguimento de estudos e empregabilidade

Se compararmos com outros anos, este ano é muito menos positivo na empregabilidade e prosseguimento de estudos.

Turma	empregados	prosseguimento de estudos	Totais	desempregados (sem descontos)	sem dados	outra-militar
TGD - 2021	33%	7%	40%	53%	0	7%
TGC - 2020	67%	0	67%	33%	0	0
TGC - 2019	75%	12.5%	87,5%	12.5%	0	0
ASC – 2018	22%	33%	55%	22%	22%	0
TGC – 2017	45%	30%	75%	20%	0	5%
ASC – 2017	70%	0	70%	10%	20%	0%

d) Balanço de atividades, pandemia e funcionamento geral

Tal como no ano anterior, e de uma forma geral, a pandemia e as metodologias de ensino à distância tiveram efeitos negativos no caráter prático e dinâmico das aulas, muitas das atividades práticas e visitas foram canceladas. Esse efeito, teve outros em cadeia, como falta de assiduidade e diminuição do aproveitamento escolar, mais sentido nos alunos que já tinham alguma vulnerabilidade social ou económica. Em setembro de 2021 foi feito um esforço para compensar essas perdas e os resultados e as recuperações foram muito positivas.

O apoio social aos alunos, a partir foi assegurado por uma jovem em estágio profissional na Alsud. Já os equipamentos informáticos não tiveram qualquer apoio externo, o que foi bastante penalizador.

O grande acréscimo vivido nos cursos profissionais foi mesmo todas as novas valências que o Campus Alsud permitiu e do qual falaremos no ponto 3.4.

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

e) **EQAVET**² Os trabalhos conducentes ao selo da qualidade alcançaram os seus objetivos em abril de 2021 e os trabalhos permitiram definir os objetivos estratégicos do ensino profissional, em articulação com os parceiros locais e partes interessadas.

O selo EQAVET é obrigatório para as escolas profissionais e levou a uma revisão de todos os documentos internos como o Projeto Educativo de Escola, os regulamentos Internos, os estatutos da Escola e a muitas reuniões de *stakeholders* internos e externos.

A sua implementação contou com o apoio financeiro do POCH e o projeto foi encerrado neste ano.

3.2. **ERASMUS +**

O ERASMUS + é uma iniciativa de âmbito europeu, muito meritória para a abertura de horizontes culturais e profissionais de alunos e pessoal docente e não docente.

O financiamento é assegurado pela Agência Nacional Erasmus. Tem vários tipos de mobilidade possíveis mas ação que temos aprovada é a de KA 1 que financia mobilidades para estudantes em contexto de formação, estudantes já formados (PRO) e *staff*.

- a) **KA2** - No ano presente, terminamos uma candidatura KA1 em agosto de 2021 e fizemos uma nova que foi aprovada em outubro e iniciada em dezembro de 2021 mas só terá efeitos financeiros em 2022.

Do ponto de vista pedagógico os ganhos culturais e de cidadania, projetando os alunos para a nossa dimensão europeia, além das experiências técnicas em novas realidades, são efetivamente muito compensadores.

- b) **Erasmus EducLocal Food**

Foram terminados em junho de 2021 os testes dos materiais didáticos (Maleta Pedagógica Educloca food) elaborados pelo consórcio ERASMUS + gerido pelo ISEG³ e pelo ISA⁴. Os

²EQAVET - **European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training** - Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional (EFP)

³Instituto Superior de Economia e Gestão

⁴Instituto Superior de Agronomia

materiais para as escolas secundárias profissionais disponibiliza dinâmicas muito interessantes (testadas em sala e na prática) sendo o objetivo final promover a rede alimentar local, apoiar mudanças nos comportamentos de consumo alimentar entre os jovens, assumindo que a educação/escola desempenha um papel importante na definição de escolhas conscientes e sustentáveis.

O projeto culminou na organização de um evento de apresentação da Maleta Pedagógica financiado pelo consórcio. Face ao panorama imposto pela pandemia as sessões decorreram à distância.

O projeto não tem retorno financeiro direto para a instituição mas revela-se de interesse estratégico para os próximos anos e aproximou a escola de muitos parceiros importantes num futuro de redefinição e lançamento de novas ofertas formativas.

3.3. Escola Caça, Pesca e Natureza

A Escola de Caça, Pesca e Natureza inclui ensino formal e não formal e dentro dele contempla vários eixos de trabalho que se interligam e complementam entre si. Têm como objetivos promover as competências ligadas à conservação da natureza e a sua relação com as atividades humanas como denominador comum e a gestão da caça em particular. O objetivo central é a valorização e transferência de conhecimento visando uma melhor interpretação dos valores do território e sua transformação em potencial de atratividade e de fixação de pessoas.

O projeto ainda não tinha captado financiamentos próprios até final do ano, mas ainda em 2020/2021 foi feito um protocolo com o Município no sentido de apoiar a criação de um Campus Didático para boas práticas Cinegéticas que suportam uma candidatura a equipamentos de apoio ao curso de Técnico de Gestão Cinegética, candidatura essa que foi aprovada e da qual falaremos no ponto seguinte.

No presente ano de 2021, nenhuma das atividades previstas foi realizada, pois a sua atividade esteve suspensa dados os efeitos da pandemia.

3.4. Campus Alsud

O Centro Experimental Didático de Gestão de Recursos Cinegéticos e da Biodiversidade (CEDGRCB), abreviadamente chamado de Campus Experimental Alsud, nasce a partir da possibilidade de uma candidatura à tipologia de intervenção Infraestruturas de Formação, do POCH. Aprovada em maio de 2021 permite adquirir equipamento de suporte às práticas didáticas e experimentais no contexto curricular multidisciplinar dos cursos profissionais (levando a sala de aula para o exterior e vice-versa) estimulando diversas áreas do saber (ser, estar e fazer), múltiplas literacias e um conhecimento menos fragmentado e mais coeso.

O Campus está instalado e a ser implementado, desde outubro de 2021, no Talhão I do Perímetro Florestal de Mértola, uma área de 114 hectares cuja cedência foi feita pelo Município de Mértola à Alsud, mediante protocolo firmado para o efeito, havendo lugar também a um apoio financeiro de apoio à componente não elegível do financiamento e às despesas de outros equipamento complementares, apoio ao funcionamento e à manutenção e consumíveis.

A candidatura financia: equipamento técnico e tecnológico (ferramentas de campo, instrumentos de medição, de laboratório, de mobilidade e transporte de pessoas e objetos) e recursos didáticos (laboratoriais, informáticos e digitais) e infraestruturas de suporte de campo (palanques, armazéns e outros).

Na base deste “sonho concretizado” de um Campus para as práticas está a parceria com o Município de Mértola para a gestão de uma área florestal dentro da Zona de Caça Municipal e as experiências conhecidas e inspiradoras ao longo e de várias parcerias nacionais e internacionais, no âmbito da especialização da escola nesta área da conservação da natureza aliada à caça e à agricultura regenerativa. A iniciativa do Campus, que se vive de forma experimental de práticas observadas e monitorizadas, foi acalentada durante muitos anos e envolve outras entidades. Corresponde assim a uma fase de especialização inteligente da escola, desenvolvida desde 2011 numa área formativa, a da silvicultura e caça.

3.5. Universidade Sénior de Mértola e Há Festa no Monte

O projeto é financiado pelo Município de Mértola a partir do protocolo que prevê o funcionamento de várias disciplinas em Mértola, Monte Gato, Diogo Martins, Penedos, Via Glória, São Pedro de Sólis, Mina S. Domingos, Corte do Pinto, Algodor, Espírito Santo e Santana de Cambas.

No caso da USM e tendo em consideração o tipo de alunos desta valência, maioritariamente acima dos 75 anos, baixa escolarização e grande conhecimento da cultura local, este projeto criou a sua identidade própria como projeto descentralizado, cuja base de trabalho são as aldeias e as comunidades onde os séniores residem, a cultura local que eles dominam e tendo como parceiros as instituições locais (juntas de freguesia, casas do povo, centros recreativos e associações de trabalhadores, entre outros) articulados com instituições de abrangência regional ou nacional e de missão mais geral com quem se estabelecem parcerias para apoiar um conjunto de aulas e iniciativas nas aldeias. É um trabalho de concertação exigente, mas muito compensador no retorno social.

Este ano (e até 2022) o projeto tem ainda o apoio de reforço financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, através do seu programa E Grants/Envelhecimento na Comunidade, que permitiu o desenvolvimento da componente da Cultura Local/ Festividades com o projeto *Há Festa no Monte*.

Dado que os efeitos da pandemia prevaleceram durante este ano, ativaram-se outras formas de manter o contacto e cumprir o possível no quadro das restrições da pandemia e, em concreto:

Contacto telefónico mensal: Para a execução desta iniciativa foi criada uma lista de contactos dos alunos, uma ficha de perguntas e relatório que permite registar e sinalizar os problemas dos alunos que depois são encaminhados para algum serviço da CMM ou outro.

- **Correio Postal:** Foram enviados por CTT vários materiais pedagógicos e informativos das disciplinas de Estimulação Cognitiva, Saúde, Bem – Estar e Segurança, assim como postais de Festas, Aniversários e outros motivos de afeto.

- **Programas de Rádio:** Foi desenvolvido um programa semanal na Rádio Mértola chamado *Há Festa no Monte* dedicada ao património cultural e as várias vertentes das festividades Cíclicas. Os programas são gravados previamente e os entrevistados são os alunos que têm o conhecimento mais local e cultural. No final do ano esta iniciativa deu origem a um outro programa de radio, o *Terra Que Conta* numa associação com um projeto de promoção das oralidades Boca em Boca.

- **Internet:** As disciplinas de Coro e de Ginástica Sénior passaram a funcionar na modalidade online, foram colocados semanalmente os conteúdos das aulas no *facebook* da USM.

A partir de maio iniciaram-se outros programas como o **Há Cantigas na Rua** que percorreu todas as aldeias onde há alunos para com um grupo de voluntários cantadores cantar e estar com as pessoas. Um projeto participado e em contra corrente, muito acarinhado nas aldeias e que deixou um grupo de pessoas voluntárias muito comprometidas com a USM e com o Há Festa no Monte.

3.6. Outras Valências formativas

a) Capacitação Prémio Jovem Empreendedor (Orçamento Participativo)

Foram adiadas para 2021 e transformadas em ensino à distância as ações contratualizadas com o Município de Mértola em 2020, tendo em vista capacitar os jovens concorrentes ao prémio elaborarem o seu plano de negócio. O projeto executou a sua parte mas o nº de jovens foi diminuto e estes tardam em entregar as propostas de negócio, por isso, o projeto esteve estacionado.

4. Serviços e retorno para a Comunidade

Comparando com outros anos, foram muito pouco os restados à comunidade.

a) Animação em Festas e Feiras.

Estas atividades constam normalmente de organizações associadas à USM mas este ano, tal não realizou pelos motivos associados à pandemia.

De entre os certames de Feiras o ponto alto é sem dúvida a participação e o apoio à organização dos eventos dos 3 dias da Feira da Caça e este realizou-se dentro de alguns constrangimentos no cenário de pandemia e com a participação ativa dos alunos de Cinegética nos eventos e apoio à organização. Este evento correspondeu só a investimento em divulgação e os seus custos estão associados à ECPN e aos cursos profissionais.

b) Partilha de Espaço e Equipamentos

Fez-se a partilha de espaços e equipamentos com destaque para o aluguer de uma sala à Câmara Municipal e à Santa Casa da Misericórdia de Mértola para o funcionamento das atividades do Centro Ocupacional para pessoas portadoras de deficiência.

A cafetaria (interna para os alunos no tempo de aulas) foi disponibilizada para servir o público geral das piscinas municipais no verão de 2021.

c) Outras ações não realizadas.

Este ano não se realizaram as habituais ações de Voluntariado em ações humanitárias várias, nomeadamente na Recolha de Alimentos (Banco Alimentar) com o Núcleo de Voluntariado de Mértola, o apoio às atividades para Idosos pontuais incluídas nos programas de voluntariado e estudos da comunidade.

d) Projeto Coopera – Recursos Silvestres – Associação ESDIME

No âmbito da prestação de serviços prosseguiram os trabalhos para a elaboração de 3 ideias de negócio em torno dos 3 recursos silvestres mel, caça e pesca.

Os trabalhos atrasaram-se devido a dificuldades de organização dos encontros e aos constrangimentos da pandemia, embora tenham terminado com a entrega de todos os compromissos.

90
A
P

5. Divulgação, promoção e Redes

A execução dos planos de divulgação dos cursos da Escola acarreta uma divulgação da entidade Alsud que este ano foi reforçada com um apoio externo para as campanhas nas redes sociais. Além dos materiais já existentes a Escola continuou o seu esforço para fazer divulgação pelos canais possíveis, mas as hipóteses habituais das feiras de orientação vocacional e feiras de escolas,

As redes locais (Rede Social, Conselho Municipal da Juventude e da Educação, CPCJ, etc.) mantiveram-se em funcionamento mas à distância e com alguma irregularidade, sendo que atualmente continuamos a fazer parte do Núcleo Executivo da Rede Social, da Comissão Alargada da CPCJ e do projeto Adélia (CPCJ).

As parcerias internacionais com os PALOP, ficaram menos ativas dado o contexto de pandemia e o facto de só 1 das 3 alunas ter conseguido chegar de Cabo Verde a Portugal. As outras não obtiveram vistos.

6. Funcionamento Interno

O Conselho de Administração fez a condução executiva da Alsud em moldes relativamente regulares, dado o contexto de restrições da pandemia, até julho. A partir daí o CA focou sem a sua presidência tendo a restante equipa assegurado a condução da Alsud até à realização de eleições.

Em termos de recursos humanos contratados internos, as mudanças foram poucas e os recursos estiveram deficitários. O nº de trabalhadores desceu para 7 com a saída da funcionária administrativa no final de 2021 e o nº de trabalhadores ativos passou a 10 (3 licenças sem vencimento).

Manteve-se a diretora geral (efetiva), a diretora pedagógica (efetiva, que é também professora) e a Diretora de serviços administrativos que assegura a organização da contabilidade, pagamentos, reembolsos e gestão técnico-pedagógica dos cursos profissionais. Continua vazio o lugar da Direção Financeira que tem sido assegurada pela Diretora Geral, sendo a contabilidade assegurada por uma consultoria externa em contabilidade. Esta consultoria alterou-se em setembro após um processo difícil com a anterior contabilista que não conseguia responder às solicitações.

Ao nível dos docentes: mantiveram-se os 2 docentes efetivos, um deles com horário completo e outro com o horário incompleto.

Ao nível de apoio à atividade educativa, continuou vazio o lugar do Gabinete de Apoio ao Aluno (GAP) e GIP (Gabinete de Inserção Profissional) estando estes trabalhos a ser assegurados pelo OET, Diretora pedagógica e, a partir de abril pela jovem estagiária. Estava também livre no final do ano, o lugar de Assistente Administrativo.

Os formadores dos cursos profissionais, do Mértola Tem Melodia e os associados à vertente Universidade Sénior/ projeto *Há Festa no Monte* e prestadores de serviço no âmbito dos trabalhos dos recursos silvestres são, no total, cerca de 25 em prestação de serviços.

Existem diversas empresas a dar assessoria para os vários serviços: seguros, assistência técnica Primavera, assistência informática, reprografia, higiene e segurança e saúde no trabalho, redes sociais, entre outras, já todas contratadas no âmbito das regras da Contratação Pública.

Número médio de empregados e sua evolução atesta um decréscimo.

	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Nº Médio de Trabalhadores	7	7	7	7	8	8	9	12	15
nº a 1 dezembro de 2021	7	8	8						
CEI	0	0	0	0	1	1	5	4	2
Estagiários	1	0	0	0	0	0	1	1	1
Apoio parceiros *	0	2	3	-	-	-	-	-	-

*Não representam postos de trabalho.

Há um decréscimo ao longo dos anos e há várias áreas que carecem de apoio em recursos.

7. Instalações e Equipamentos

A atividade decorreu nas mesmas instalações, que têm vindo a ser alvo de melhorias contínuas.

Adquirimos equipamentos informáticos para a Direção e para os alunos no âmbito do projeto do CAMPUS e foi feito um investimento avultado no servidor para melhorar a eficiência da rede informática interna.

Continuam à guarda da Alsud as instalações da Casa do Estudante em Além Rio, da propriedade da Câmara Municipal e uma casa na vila velha, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Mértola. Ambas estas destinadas ao alojamento dos alunos estrangeiros que não têm financiamento direto ou a alunos sem enquadramento familiar.

Handwritten signature or initials.

8. Demonstrações Financeiras - Preâmbulo

O ano de 2021 apresenta um resultado positivo em 998,66€, com uma estrutura de gastos e rendimentos muito semelhante ao exercício anterior.

Importa destacar o compromisso de todos, numa ótica de racionalização na utilização de recursos que permitiu alcançar um desempenho acima das metas e dos indicadores contratualizados para os projetos em curso, a abertura de novas frentes e a inovação/mudança de *modus operandi*, mesmo em contexto adverso.

Todas as atividades se encontram ainda sob o efeito desta situação de pandemia e a afetar de forma gravosa o normal funcionamento de uma escola.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 17 de março de 2022.

Mértola, 17 de março de 2022

O Contabilista Certificado



CC 83776

O Conselho de Administração



AA
A

**8.1. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM
31.DEZEMBRO.2021**

	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	4	35 515	37 965
Subsídios, doações e legados à exploração	5	316 683	274 920
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(5 027)	(5 963)
Fornecimentos e serviços externos	7	(114 911)	(119 875)
Gastos com o pessoal	8	(176 467)	(166 476)
Outros rendimentos e ganhos	11	2 809	1 976
Outros gastos e perdas	12	(50 938)	(29 255)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7 670	(6 708)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	13	(5 863)	(5 933)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 807	(12 641)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	14	(808)	-
Resultado antes de impostos		999	(12 641)
Imposto sobre o rendimento do período			(383)
Resultado líquido do período		999	(13 023)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

CAL L L

CC 83776

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

8.2. BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	11	200 949	195 664
Ativos intangíveis	12	58	58
Bens do patrimônio histórico e cultural			-
Fundadores/bebemeritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			-
Outros Investimentos Financeiros		424	199
		201 431	195 920
Ativo corrente			
Inventários		-	-
Clientes	14	-	-
Adiantamentos a fornecedores	21	-	54
Estado e outros entes públicos	15	-	-
Outras contas a receber		86 986	299 440
Diferimentos	16	429	429
Caixa e depósitos bancários	17	11 439	4 686
		98 854	304 609
Total do ativo		300 285	500 529
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Reservas	18	28 111	28 111
Resultados transitados	19	161 761	168 469
Ajustamentos em ativos financeiros		-	-
Fundos	13	13 200	12 700
Outras variações no capital próprio	19	52 243	202 186
Resultado líquido do período		999	(13 023)
Total do capital próprio		256 314	398 443
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			-
Financiamentos obtidos			-
Estado e outros entes públicos			-
		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores		523	10 136
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos		5 444	4 889
Financiamentos obtidos		38 000	57 781
Outras contas a pagar		4	17 301
Diferimentos			11 980
		43 971	102 087
Total do passivo		43 971	102 087
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		300 285	500 529

O CONTABILISTA CERTIFICADO

CaLLC
RC 83776

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Assinatura]
17

8.3. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31.DEZEMBRO.2021

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		50 717	61 112
Recebimentos de Subsídios de Exploração		284 248	100 780
Pagamentos a fornecedores		(75 668)	(56 160)
Pagamentos ao pessoal		(105 989)	(253 234)
Caixa gerada pelas operações		153 308	(147 502)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			(383)
Outros recebimentos/pagamentos		(124 101)	143 715
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		29 207	(4 169)
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2 448)	(660)
Ativos intangíveis		(225)	(58)
Investimentos financeiros			-
Outros ativos			-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			41 513
Ativos intangíveis			-
Investimentos financeiros			-
Outros ativos			-
Subsídios ao investimento			-
Juros e rendimentos similares			-
Dividendos			-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(2 673)	40 795
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			59 000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(19 781)	1 219
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(19 781)	60 219
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		6 753	(92 159)
Efeito das diferenças de câmbio			

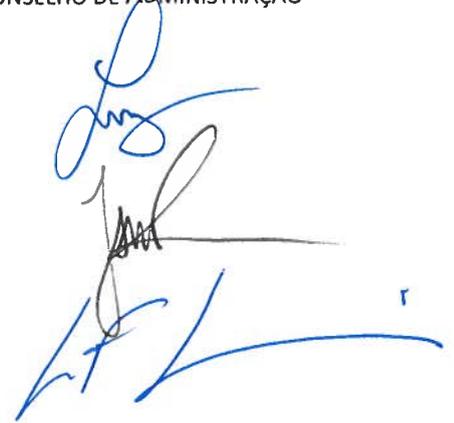
Caixa e seus equivalentes no início do período
Caixa e seus equivalentes no fim do período

4 686	96 845
<u>11 439</u>	<u>4 686</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

CaLLL
CC 83776

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



1. Identificação da entidade

A ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Alentejo, CIPRL é uma Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada, com sede em Rua Professor Bento Jesus Caraça, nº18 em Mértola. Tem como atividade principal o Ensino e Formação Profissional.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

No cumprimento do que estabelece, em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir, dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não-Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso nº 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

As demonstrações financeiras apresentadas são:

- O Relatório de gestão;
- A Demonstração dos resultados por naturezas;
- O Balanço;
- A Demonstração dos fluxos de caixa;
- O Anexo.

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020.

Em 2016, foram introduzidas alterações no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) com a publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pela Direção, no dia xx de xxxx de 2022, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam as Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que sejam formulados julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a ALSUD continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe intenção nem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação como dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, neste caso, estão devidamente identificadas e justificadas em Anexo. Sendo assim proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores das demonstrações financeiras.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação.

Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade e têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	30 a 44
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 10
Equipamento administrativo	1 a 10

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

AB
A
Z

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Ativos intangíveis

A Associação reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Cooperativa e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis foram avaliados e estão reconhecidos pelo justo valor deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado. Não é considerada qualquer quantia residual. Considera-se como ativos intangíveis, os direitos de superfície, sendo estes entendidos como a faculdade do seu titular construir ou manter obra construída em terreno alheio, perpétua ou temporariamente. Os direitos de superfície tem a duração entre 50 e 70 anos.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Participações financeiras

A rubrica “participações financeiras – outros métodos” inclui os investimentos numa participada na qual a empresa não exerce controlo (o que ocorreria se a empresa controlasse direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) embora exerça uma influência significativa (o que ocorre porque tem uma participação de 20% no capital de uma empresa).

A instituição utiliza o método de equivalência patrimonial para a valorização das suas participações financeiras. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respetivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em “Juros e outros rendimentos similares”.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

910
A
R

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os inventários que a ALSUD detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhe estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Instrumentos financeiros

i) Clientes

A maioria das prestações de serviços é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos dos utentes não incluem juros debitados ao utente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de utentes são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. No final de cada período de relato são analisadas as contas de utentes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes são registados no passivo pelo custo.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que

não são reconhecidas, porque não é provável que um fluxo de recursos que afeta benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transações em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, foram registadas como ganhos ou perdas no período na demonstração dos resultados.

Benefícios dos empregados

A ALSUD reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- 
- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor- Geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao ultimo dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC e nos termos da Lei n.º 83-C/2013 (OE para 2014), o quantitativo da matéria coletável, quando superior a 15 000,00 euros, é dividido em duas partes, sendo que aos primeiros 15 000 euros é aplicada a taxa de 17% termos do n.º 2 do art.º 87 e ao restante valor uma taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 1 do art.º 87. Acresce o valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de 4 anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e 5 anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Rédito

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas: i) a quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade, iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada, e iv) os gastos incorridos com a transação e os gastos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

As prestações de serviços são reconhecidas liquidadas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “diferimentos” ou “outras contas a pagar ou a receber”.

Subsídios

A ALSUD reconhece os subsídios para compensar gastos como contas a receber por contrapartida de rendimentos apenas quando existe segurança de que cumprirá as condições a ele associadas e que os subsídios serão recebidos. Neste caso os subsídios são reconhecidos como uma conta a receber na proporção dos gastos incorridos e financiados.

A Cooperativa reconhece os subsídios para financiar ativos como contas a receber por contrapartida de capital próprio apenas quando existe segurança de que cumprirá as condições a ele associadas e que os subsídios serão recebidos.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

Em 2015 foram alterados os critérios que estavam em vigor por forma a cumprir com as Entidades do Setor Não-Lucrativo Esta mudança veio alterar com alguma relevância a leitura da situação patrimonial e financeira da ALSUD.

4. Vendas e prestações de serviços

	2021			2020		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de bens				-	-	-
Prestações de serviços	35 514,82		35 514,82	37 964,52	-	37 964,52
Total	35 514,82		35 514,82	37 964,52	-	37 964,52

As prestações de serviços decorrem dos débitos efetuados aos clientes das atividades exercidas pela ALSUD.

O valor da prestação de serviços é variável, dependentemente da utilização do serviço, tendo em conta os preços praticados pela atividade.

5. Subsídios do Governo e apoios

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a ALSUD tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios e apoios":

Subsídios à exploração	2021	2020
Financiamento POCH – cursos profissionais	248 022,09	185 499,33
Financiamento POCH - EQAVET	9 954,00	-
IEFP - Estímulo Emprego	4 305,32	3 284,34
Fundação Calouste Gulbenkian	19 570,55	10 416,55
Universidade Sénior Mértola	25 000,00	40 070,00
Mértola tem Melodia - CMM		35 650,00
Projetos ERASMUS+	9 836,86	-
Total	316 688,82	274 920,22

Os valores registados referentes ao POCH estão em conformidade com o definido nos respetivos Termos de Aceitação (originais, ou após aprovação de Pedidos de Alteração e pedidos de reembolso ou saldo já decididos, caso existam).

Os valores referentes aos Protocolos Universidade Sénior de Mértola e Mértola Tem Melodia encontram-se registados conforme informação transmitida, referentes ao presente exercício.

6. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

	2021			2020		
	Mercadorias	Matérias primas	Total	Mercadorias	Matérias primas	Total
Inventários iniciais	-	-	-	-	-	-
Compras	5 027,42	-	5 027,42	5 962,50	-	5 962,50
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais	-	-	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 027,42	-	5 027,42	5 962,50	-	5 962,50

O volume de custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas respeita essencialmente a géneros alimentícios utilizados no bar.

7. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica de gastos apresenta a seguinte repartição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Subcontratos	3 781,30	70,00
Serviços Especializados	81 122,20	73 674,38
Trabalhos Especializados	10 222,53	16 904,73
Contratos de Assistência Técnica		-
Desinfestação		-
Publicidade e Propaganda	8 560,50	2 945,10
Vigilância e Segurança	1 307,73	-
Honorários	54 259,90	47 640,27
Conservação e Reparação	1 559,75	2 070,33
Serviços Bancários	5 211,79	4 113,95
Outros		-
Materiais	9 061,88	11 096,10
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	5 924,17	7 684,73
Livros e Documentação Técnica	39,00	-
Material de Escritório	3 081,31	3 366,62
Artigos para oferta		-
Outros (incluindo material didático)	17,40	44,75
Energia e Fluidos	6 831,83	6 166,96
Eletricidade	4 794,31	4 689,19
Combustíveis	1 439,85	735,10
Água	597,67	742,67
Outros		-
Deslocações, Estadas e Transportes	181,40	13 549,16
Serviços Diversos	13 931,93	15 318,67
Rendas		
Alugueres de Equipamento	4 294,73	3 098,53
Comunicação	4 613,75	5 077,85
Seguros	2 754,61	2 467,74
Contencioso e Notariado	218,45	461,45
Despesas de Representação	286,50	80,00
Limpeza, Higiene e Conforto	1 763,89	3 518,10
Outros Serviços		615,00
Total	<u>114 910,54</u>	<u>119 875,27</u>

Os encargos com Fornecimento e Serviços Externos registaram uma diminuição face a 2020 de aproximadamente 5%.

8. Gastos com o pessoal

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do Pessoal	142 092,70	130 339,93
Indemnizações	-	-
Encargos sobre Remunerações	32 680,99	30 565,45
Seguros de Acidentes de Trabalho	1 313,10	1 265,85
Gastos de Ação Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	380,30	4 305,00
Total	<u>176 467,09</u>	<u>166 476,23</u>

Os órgãos sociais não são remunerados.

Verificou-se um aumento dos gastos com pessoal de aproximadamente 6%.

Registou-se uma entrada através de um estágio profissional, sendo os seus encargos parcialmente suportados pelo IEFP.

O número médio de funcionários é de 7.

Permanecem três funcionários abrangidos por regime de licença sem vencimento, dois desempenhando cargos em autarquias locais e um por bolsa pós doutoramento.

Os encargos sobre remunerações incluem a Caixa Geral de Aposentações, ADSE, e Segurança Social.

9. Outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos, tinha a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendimentos Suplementares	2 250,00	1 050,00
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	-	-
Recuperação de Dívidas a Receber	-	-
Ganhos em Inventários	-	-
Rendimentos e Ganhos nos restantes Activos Financeiros	-	-
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	-	-
Outros Rendimentos e Ganhos	-	-
Juros Obtidos	-	-
Dividendos Obtidos	-	-
Outros Rendimentos Similares	559,20	925,83
Total	<u>2 809,20</u>	<u>1 975,83</u>

A rubrica de rendimentos suplementares reflete essencialmente o rendimento obtido com o arrendamento parcial de imóvel.

10. Outros gastos

Em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica de outros gastos e perdas, tinha a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos	199,30	174,30
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	-	-
Dívidas Incobráveis	-	-
Perdas em Inventários	-	-
Gastos e Perdas nos restantes Investimentos Financeiros	-	-
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	50 738,28	29 080,22
Outros Juros	-	-
Dif.de Câmbio Desfavoráveis outros	-	-
Outros Gastos e Perdas	-	-
Total	<u>50 937,58</u>	<u>29 254,52</u>

11. Ativo fixo tangível

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Terrenos	Edifícios	Equipamento			Outros	Total
			Básico	Transporte	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial	50 000,00	181 237,95	81 633,77	19 920,00	21 561,36	1 996,41	356 349,49
Da qual quantia despendida "Em Curso"	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas iniciais	-	43 483,06	70 245,51	19 920,00	25 067,22	1 969,85	160 685,64
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-	-
Quantia escriturada líquida inicial	50 000,00	137 754,89	11 388,26	-	-3 505,86	26,56	195 663,85
Adições					11 148,11		
Dispêndios em curso	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	-	-
Acréscimo por revalorização	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-
Total das adições	-	-	-	-	11 148,11	-	11 148,11
Diminuições	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações	-	4 467,12	1 135,44	-	233,76	26,56	5 862,88

Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-
Total das diminuições	-	4 467,12	1 135,44	-	233,76	26,56	5 862,88
Quantia escriturada líquida final	50 000,00	133 287,77	10 252,82	0,00	7 408,49	0,00	200 949,08

12. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, o movimento ocorrido no valor do custo do ativo fixo intangível foi o seguinte:

	Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros	Total
Quantia inicial: com vida útil finita	-	-	11 213,47	-	-	-
Quantia inicial: com vida útil indefinida	-	-	-	-	-	-
Da qual quantia despendida "Em Curso"	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas iniciais	-	-	11 155,54	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-
Quantia escriturada líquida inicial	-	-	57,93	-	-	-
Adições						
Dispêndios em curso	-	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	-
Acréscimo por revalorização	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Total das adições	-	-	-	-	-	-
Diminuições						
Amortizações	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Total das diminuições	-	-	-	-	-	-
Quantia escriturada líquida final	-	-	57,93	-	-	-

13. Participações financeiras e partes relacionadas

	2021
C. M. Mértola	4000
C. M. Tavira	1500
J. F. Mértola	500
Nuclisol Jean Piaget	2400
Santa Casa Mértola	500
Food Network	3300
Clube Português Monteiros	500
Monte F. Assis	500
Total	13 200

Os fundos da Cooperativa no ano de 2021 aumentaram e o saldo é o realizado por evidência das Entidades em cima representadas.

14. Clientes

Na semelhança do ano de 2021 para o ano de 2020 os clientes da ALSUD apresentam todos os valores regularizados.

	2021			2020		
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia escriturada líquida
A receber						
<90 dias	-	-	-	-	-	-
90 - 180 dias	-	-	-	-	-	-
180-360 dias	-	-	-	-	-	-
>360 dias	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

15. Estado e outros entes públicos

Pela Isenção de que goza, nos termos do Art.º 66.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, a ALSUD não tem qualquer Imposto sobre o Rendimento Liquidado corrente a liquidar, porém essa isenção não existe nas Tributação Autónomas (TA).

A Cooperativa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da ALSUD perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

As responsabilidades da ALSUD refletem os pagamentos ao Estado respeitantes ao mês de dezembro a efetuar em janeiro.

16. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	374,56	374,56
Rendas	-	-
Juros	-	-
Prest. Serv.	54,37	54,37
Total	428,93	428,93

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendimentos a reconhecer		
prestação de serviços	-	11 979,60
Outros	-	
Total	<u>-</u>	<u>11 979,60</u>

17. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários 2021 evidencia os seguintes saldos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	-	202,40
Depósitos à Ordem	11 439,03	4 484,01
Depósitos a Prazo	-	-
	<u>11 439,03</u>	<u>4 686,41</u>

Os valores são reconciliados mensalmente após conferência com o extrato bancário, assim como com os respetivos fundos de caixa (do Bar e Secretaria).

Todos os saldos bancários refletem o comunicado pelas Instituições Financeiras.

O saldo desta rubrica aumentou relativamente ao ano de 2020.

18. Reserva legal e outras reservas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Valor	Valor
Reserva Legal	14 055,61	14 055,61
Reserva Livre (Fundo Educação e Formação Cooperativa)	14 055,61	14 055,61
	<u>28 111,22</u>	<u>28 111,22</u>

Nos estatutos da entidade (artigo 30º) e no código comercial (artigos 295 e 296) ambas as reservas estão previstas.

19. Outras variações nos fundos patrimoniais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Valor	Valor
Resultados transitados	161 761,40	168 469,35
Outras variações do fundos patrimoniais	52 242,81	202 185,69
Total	<u>214 004,21</u>	<u>370 655,04</u>

20. Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

O montante do empréstimo contratualizado em 2012 (Caixa Geral de Depósitos), apresenta a 31/12/2021 uma utilização de 38.000,00€.

21. Fornecedores

	2021	2020
A pagar	<u> </u>	<u> </u>
< 90 dias	522,78	10 136,01
90 - 180 dias		-
> 180 dias		-
Total	<u>522,78</u>	<u>10 136,01</u>

As dívidas da ALSUD a fornecedores apresentam uma diminuição em relação a 2020.

22. Locações

ALSUD não detinha quaisquer locações contratadas à data de 31/12/2021.

23. Acontecimentos após a data do balanço

Até à data deste relatório, não são conhecidos outros eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento de período contabilístico e até à elaboração do presente anexo não foi registado qualquer facto suscetível de modificar a situação nas contas.

24. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 17 de março de 2022.

Mértola, 17 de março de 2022

O Contabilista Certificado


CC 83776

O Conselho de Administração

